

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
Prêmios emitidos	24a	5.449.456	5.756.972
Varição das provisões técnicas de prêmios		88.819	(106.675)
Prêmios ganhos	23	5.538.275	5.650.297
Receitas com emissão de apólices	24b	-	11.854
Sinistros ocorridos	24c	(2.783.180)	(2.948.271)
Custos de aquisição	24d	(991.444)	(979.741)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24e	(575.535)	(482.668)
Resultado com resseguro	24f	(3.545)	(22.741)
Receita com resseguro		42.071	26.508
Despesa com resseguro		(45.616)	(49.249)
Despesas administrativas	24g	(846.224)	(931.489)
Despesas com tributos	24h	(140.736)	(142.772)
Resultado financeiro	24i	303.841	473.863
Receitas Financeiras		370.191	513.722
Despesas Financeiras		(66.350)	(39.859)
Resultado operacional		501.452	628.332
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(59.383)	251
Resultado antes dos impostos e participações		442.069	628.583
Imposto de renda	24j	(93.053)	(152.764)
Contribuição social	24j	(58.087)	(94.324)
Participações sobre o resultado		(7.452)	(9.376)
Lucro líquido do exercício		283.477	372.119
Quantidade de ações		221.002	221.002
Lucro por ação - R\$		1.282,69	1.683,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	283.477	372.119
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda:	7.523	78.144
Efeitos dos impostos	(3.009)	(31.258)
Total do resultado abrangente do exercício	287.991	419.005
Atribuível ao controlador	287.991	419.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2019	981.011	97.720	436.676		55.866	-	1.571.273
Aumentos de capital:	-	-	-	-	46.886	-	46.886
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 1.357,45 por ação)	-	-	(300.000)	-	-	-	(300.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	372.119	372.119
Dividendos propostos (R\$ 399,90 por ação)	-	-	-	-	-	(88.378)	(88.378)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	18.606	265.135	-	-	(283.741)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	981.011	116.326	401.611		102.752	-	1.601.900
Aumentos (redução) de capital:	-	-	-	-	4.514	-	4.514
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 452,48 por ação)	-	-	(100.000)	-	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	283.477	283.477
Dividendos pagos (R\$ 203,62 por ação)	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 248,87 por ação)	-	-	-	-	-	(55.000)	(55.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	14.174	169.303	-	-	(183.477)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	981.011	130.500	471.114		107.266	-	1.689.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais)

- Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Rio de Janeiro nº 555, 19º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 02 de fevereiro de 2021.
- Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

 - Base de preparação**

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
 - Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.
 - Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 8b - Outros valores - Salvados não disponíveis para venda - Estimados; 17 - Provisões técnicas - seguros e 18 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.
 - Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais segmentados conforme fluxos futuros projetados.
 - Classificação dos contratos de seguros**

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.
 - Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência estão descritos a seguir:

 - Disponível e Equivalentes de Caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.
 - Ativos financeiros disponíveis para venda**

Compreendem os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.
 - Determinação do valor justo**

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e Fundos Imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).
 - Títulos privados - Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras**

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.
 - Debêntures**

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	442.069	628.583
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	36.095	20.063
- Reversão, Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	62.243	3.541
- Despesas antecipadas	9.982	(1.328)
- Custos de aquisição diferidas	(39.519)	(30.253)
- Ativos de resseguros provisões técnicas	9.790	83.986
- Variações das provisões técnicas	2.878.089	3.562.132
- Provisão para riscos sobre créditos	58.530	3.257
- Juros e variação monetária	(4.783)	(110.781)
Lucro líquido ajustado do exercício	3.452.496	4.159.200
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	111.920	374.744
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(320.503)	(99.303)
- Outros créditos operacionais	123.980	(50.587)
- Títulos e créditos a receber	(36.335)	43.812
- Outros valores e bens	(75.021)	(67.382)
- Contas a pagar	99.143	21.611
- Débitos das operações de seguros e resseguros	(56.547)	(17.976)
- Depósitos de terceiros	(13.721)	(18.411)
- Provisões técnicas - seguros	(3.215.498)	(3.353.277)
- Outros débitos	(11.084)	1.013
Caixa líquido consumido pelas operações	(3.393.666)	(3.165.756)
- Imposto de renda sobre o lucro pago	(140.998)	(149.458)
- Contribuição de renda sobre o lucro pago	(86.933)	(91.100)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(169.101)	752.886
Atividades de investimento		
- Aquisição de títulos disponíveis para a venda	(776.830)	(1.982.354)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos disponíveis para a venda	1.301.552	1.599.277
- Aquisição de imobilizado	(2.741)	(29.383)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(61.861)	(57.385)
- Alienação de imobilizado	-	57
- Alienação de investimentos	-	60
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	460.120	(469.728)
Atividades de financiamento		
- Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(288.378)	(345.388)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(288.378)	(345.388)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	2.641	(62.230)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.929	70.159
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	10.570	7.929
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	2.641	(62.230)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(viii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(ix) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável (impairment) de empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é feita quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos.

No caso das recuperações de cosseguro, a substituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e veículos, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para o exercício corrente e comparativo: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

i. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais custos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

Outros valores e bens
(i) Salvados a venda

Refere-se ao estoque de bens salvados recuperados. Esses ativos são avaliados ao valor recuperável deduzidos dos custos de vendas dos bens. É reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo, a avaliação é efetuada utilizando como base para a provisão apuração periódica, com base em laudos de avaliação de especialistas para salvados de ramos elementares e tabela Molicar e/ou Fipe para salvados de automóveis. Ou seja, se o ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação, se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, sendo necessário que a Companhia reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

(ii) Ativo estimado de salvados

O ativo estimado é composto pelo valor esperado a receber referente aos salvados e/ou ressarcimentos resultantes dos sinistros liquidados e para os quais existe o direito a salvados/ressarcimento, porém ainda não há a posse física do bem, ou ainda por não ter acordado o valor devido em ressarcimento.

k. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As provisões técnicas da Companhia são apresentadas brutas de recuperações de resseguro, cujos montantes se encontram registrados no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

l. Custos de aquisição diferidos

Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada, pelo período de vigência das respectivas apólices.

m. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

n. Provisões técnicas

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e brutos de cessão de resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

No seguro de Automóvel, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da provisão de sinistros a liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. Já nos demais seguros de Danos, o IBNR é calculado com triângulos também de 10 semestres, porém projetando apenas os novos avisos, ou seja, não há estimativa de IBNER nesses seguros.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço atualizados e corrigidos monetariamente, líquido da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

(i) Operações com o Convênio DPVAT

Em consonância com a Circular SUSEP nº 595/19, com vigência a partir de 1º/01/2020, e que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia alterou a forma de contabilização das operações relacionadas ao Consórcio do DPVAT, passando a registrar somente os valores a receber/pagar referentes a apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento/pagamento destes, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.

(ii) Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 – Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos (PSL e IBNR).

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off* foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE.

A sinistralidade média projetada no estudo desta Companhia foi de 44,11%, incluímos neste cálculo a estimativa de prêmio futuro da carteira de seguro habitacional, cuja característica é baixa sinistralidade e prazos longos de vigência, pois acompanha o período de financiamento do imóvel.

O resseguro médio projetado no estudo desta Companhia, calculado com base nos sinistros avisados foi de 7,05%.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cosseguos aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguos, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

O resultado decorrente da operação do seguro DPVAT é reconhecido através da apuração mensal da margem de resultado com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguos aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e avisos de sinistros, os quais são incluídos em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos de contratos proporcionais é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, enquanto o diferimento dos prêmios de contratos não proporcionais é realizado em função do período de vigência dos respectivos contratos.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 não adotadas, e/ou ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do CPC 50 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o exercício de 2021, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

A administração avaliou os impactos da adoção inicial da norma no patrimônio da Companhia, e identificou que os contratos de locação de imóveis atribuíveis a norma impactará o patrimônio no montante aproximado de R\$74.179.

CPC 50 – Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

O CPC 50 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Os normativos, CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. Gerenciamento de riscos**a. Introdução**

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o aculturação dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Neste contexto, o gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance*, Gestão de Dados, O&P e Ouvidoria, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para risco de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios, e certifica as provisões técnicas, além de avaliar o impacto de novos produtos no capital de risco da Companhia.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios da Companhia:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciavam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro.

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2020		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.617.522	1.049.014	2.666.536
Sul	890.694	217.733	1.108.427
Nordeste	722.735	87.703	810.438
Centro-Oeste	568.118	88.602	656.720
Norte	127.489	38.201	165.690
Total (*)	3.926.558	1.481.253	5.407.811

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2019		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.657.153	1.094.949	2.752.102
Sul	920.580	232.121	1.152.701
Nordeste	773.300	103.320	876.620
Centro-Oeste	627.409	95.081	722.490
Norte	136.984	35.370	172.354
Total (*)	4.115.426	1.560.841	5.676.267

(*) Não inclui os montantes de R\$(9.155), (R\$(1.591) em 31 de dezembro de 2019), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE) e R\$ 43.035 em 31 de dezembro de 2019 relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fator de risco elegeu-se a seguinte premissa:

- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento em 1 ponto percentual na sinistralidade nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Auto	R\$ mil – 31 de dezembro de 2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Ramos elementares	(23.758)	(23.758)
	(9.471)	(9.200)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado					Total
	AAA(*)	AA	A	BBB	BB	
A valor justo por meio do resultado	594.461	5.817	1.584	-	28.676	630.538
Título de renda fixa público	512.664	-	-	-	-	512.664
Título de renda fixa privado	81.797	5.817	1.584	-	28.676	117.874
Disponíveis para a venda	3.191.278	-	47.212	-	-	1.692 3.238.490
Título de renda fixa público	3.191.278	-	-	-	-	3.191.278
Título de renda fixa privado	-	-	47.212	-	-	47.212
Título de renda variável	-	-	-	-	-	1.692 1.692

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No exercício, o prêmio cedido em resseguro foi de 3,33% (2,48% em 31 de dezembro de 2019) do prêmio emitido de ramos elementares (RE), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$1.524.245 (R\$1.602.892 em 31 de dezembro de 2019).

No quadro abaixo, é demonstrada exposição ao risco de crédito, ao resseguro, contendo créditos e débitos de operações com resseguradores e os ativos de resseguro.

TIPO	Rating	2020		2019	
		Exposição (R\$)	%	Exposição (R\$)	%
LOCAL	AA-	2.294	4,66	2.311	4,40
LOCAL	A	-	-	37.546	71,39
LOCAL	A-	36.235	73,58	-	-
ADMITIDA	AA+	1	-	1	-
ADMITIDA	AA-	5.143	10,45	3.735	7,10
ADMITIDA	A+	2.156	4,38	4.209	8,00
ADMITIDA	A	3.325	6,75	4.471	8,50
ADMITIDA	A-	90	0,18	318	0,61
Total		49.244	100,00	52.591	100,00

Exposição ao risco de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso o pagamento dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde, nos ramos de risco decorridos, a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estreita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	10.570	-
Fluxo de 0 a 3 meses	1.829.767	1.105.935
Fluxo de 3 a 12 meses	759.640	1.579.408
Fluxo de 12 a 60 meses	1.582.625	1.351.592
Fluxo acima de 60 meses	2.187.865	657.226
Total	6.370.467	4.694.161

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos		117.287
Taxa prefixada de 1 ano		2,87%
Cupom de IPCA de 1 ano		0,35%
Cupom de IGP-M de 1 ano		6,63%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

Exercício	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Total sem correlação	Total com correlação
	(152)	(300)	(452)	(388)
Dezembro 2020				

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2020	%	2019	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	630.538	16,29	742.458	16,50
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	630.538	16,29	742.458	16,50
Títulos disponíveis para venda	3.240.182	83,71	3.757.381	83,50
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	3.130.025	80,86	2.505.026	55,67
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	61.253	1,58	754.298	16,76
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	-	-	470.260	10,45
Títulos de renda fixa - Debêntures	47.212	1,22	26.579	0,59
Títulos de renda variável - Ações	1.692	0,05	1.218	0,03
Total das aplicações financeiras	3.870.720	100,00	4.499.839	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos, que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

1 a 30 dias ou sem vencimento definido	2020			Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	25.277	7.799	410.170	187.292	630.538	629.445
Letras financeiras do tesouro	-	-	405.801	106.863	512.664	512.870
Letras financeiras emissores privados	-	7.799	4.369	34.749	46.917	46.946
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	18.960	18.960	17.882
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outras (*)	25.277	-	-	-	25.277	25.277
Debêntures	-	-	-	26.720	26.720	26.470
Títulos disponíveis para venda	1.692	-	-	3.238.490	3.240.182	3.061.405
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.130.025	3.130.025	3.003.888
Letras do tesouro nacional	-	-	-	61.253	61.253	57.428
Debêntures	-	-	-	47.212	47.212	65
Ações	1.692	-	-	-	1.692	24
Total das aplicações financeiras	26.969	7.799	410.170	3.425.782	3.870.720	3.690.850

1 a 30 dias ou sem vencimento definido	2019			Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	364.735	3.676	10.238	363.809	742.458	741.151
Quotas de fundos de investimento	339.525	-	-	-	339.525	339.525
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	323.694	323.694	323.694
Letras financeiras emissores privados	-	3.676	10.238	14.325	28.239	28.243
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	18.940	18.940	18.031
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outras (*)	12.980	-	-	-	12.980	12.980
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outras (*)	12.230	-	-	-	12.230	12.230
Debêntures	-	-	-	6.850	6.850	6.448
Títulos disponíveis para venda	1.567	-	469.910	3.285.904	3.757.381	3.586.127
Notas do tesouro nacional	-	-	469.910	2.505.027	2.974.937	2.875.595
Letras do tesouro nacional	-	-	-	754.298	754.298	710.106
Debêntures	-	-	-	26.579	26.579	53
Ações	1.218	-	-	-	1.218	24
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outras (*)	349	-	-	-	349	349
Total das aplicações financeiras	366.302	3.676	480.148	3.649.713	4.499.839	4.327.278

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2020	2019
Total das provisões técnicas	4.595.425	4.926.047
(-) Ativos de resseguro redutores	(21.615)	(24.091)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos)	(1.502.349)	(1.160.460)
(-) Provisões do convênio DPVAT	-	(338.990)
Total a ser coberto (A)	3.071.461	3.402.506
Títulos de renda fixa públicos	3.191.278	3.259.325
Quotas de fundos de investimentos	503.305	669.730
Total dado em cobertura (B)	3.694.583	3.929.055
Suficiência (B) - (A)	623.122	526.549

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	512.664	117.874	630.538	663.219	79.239	742.458
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	339.525	-	339.525
Letras financeiras do tesouro	512.664	-	512.664	323.694	-	323.694
Letras financeiras emissores privados	-	46.917	46.917	-	28.239	28.239
Certificado de recebíveis imobiliários	-	18.960	18.960	-	18.940	18.940
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outras (*)	-	-	-	-	12.980	12.980
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outras (*)	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	26.720	26.720	-	6.850	6.850
Disponíveis para venda	3.192.970	47.212	3.240.182	3.730.453	26.928	3.757.381
Notas do tesouro nacional	3.130.025	-	3.130.025	2.974.937	-	2.974.937
Letras do tesouro nacional	61.253	-	61.253	754.298	-	754.298
Debêntures	-	47.212	47.212	-	26.579	26.579
Ações	1.692	-	1.692	1.218	-	1.218
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	-	-	-	349	349
Total das aplicações financeiras	3.705.634	165.086	3.870.720	4.393.672	106.167	4.499.839

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

e. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	742.458	3.757.381	4.499.839
(+) Aplicações	3.365.028	776.830	4.141.858
(-) Resgates	(3.498.943)	(1.577.056)	(5.075.999)
(+) Rendimentos	21.995	275.504	297.499
(+/-) Ajuste a valor justo	-	7.523	7.523
Sal			

7. Operações com resseguradores

	2020	2019
a. Composição		
Sinistros pagos a recuperar (nota 7c)	8.346	23.057
Redução ao valor recuperável	(1.093)	(9.888)
Operações com resseguradoras	7.253	13.169
Sinistros a liquidar	9.288	9.345
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	11.295	12.561
Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido	21.897	15.728
Provisão de prêmios não ganhos - risco vigente não emitido	148	776
Provisão despesas relacionadas	1.031	2.185
Ativos de resseguro - provisões técnicas	43.659	40.595
Total	50.912	53.764

b. Movimentação

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	53.764	63.989
Constituição líquida de reversões	34.677	17.662
Sinistros recuperados	(43.357)	(2.805)
Atualização monetária de sinistros	(2.707)	1.948
Outros	8.535	(27.030)
Saldo em 31 de dezembro	50.912	53.764

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2020			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	Recuperação de sinistros (nota 24f)
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	18.209	4.959	(43.014)	22.369
Outros	Admitida	3.265	3.387	(7.786)	9.103
Total		21.474	8.346	(50.800)	31.472

Resseguradores	Categoria	2019			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	Recuperação de sinistros (nota 24f)
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	14.343	10.706	(35.667)	14.264
Outros	Admitida	2.820	12.351	(3.594)	8.520
Total		17.163	23.057	(39.261)	22.784

d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	Prêmio emitido	Prêmio resseguro cedido (nota 24f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Recuperação sinistros (nota 24f)	% cessão
Total	1.403.064	50.800		603.594	31.472	

Ramo	Prêmio emitido	Prêmio resseguro cedido (nota 24f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Recuperação sinistros (nota 24f)	% cessão
Total	1.472.241	39.261		557.837	22.784	

8. Outros valores e bens
a. Bens a venda – Salvados

	2020	2019
i. Composição		
Automóvel	158.271	98.027
Ramos elementares	2.355	2.358
Subtotal	160.626	100.385
(-) Redução ao valor recuperável (*)	(80.957)	(22.929)
Total	79.669	77.456

(*) Variação refere-se ao aumento na permanência dos salvados nos pátios, com isso a deterioração deles, em decorrência das paralizações ocorridas nos leilões e fechamento dos DETRANS, efeitos causados pelo estado de pandemia instaurado no Brasil.

ii. Movimentação

	2020			2019		
	Auto	RE	Total	Auto	RE	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	98.027	2.358	100.385	93.138	1.897	95.035
(+) Entradas	394.684	3.224	397.908	450.241	3.361	453.602
(-) Baixa/venda	(366.172)	(4.056)	(370.228)	(416.273)	(3.204)	(419.477)
(+/-) Alteração de estimativa	31.732	829	32.561	(29.079)	304	(28.775)
Total	158.271	2.355	160.626	98.027	2.358	100.385
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(78.849)	(2.108)	(80.957)	(20.977)	(1.952)	(22.929)
Saldo em 31 de dezembro	79.422	247	79.669	77.050	406	77.456

iii. Aging-list

	2020	2019
De 1 a 30 dias	35.265	39.160
De 31 a 60 dias	24.400	21.184
De 61 a 120 dias	24.821	13.147
De 121 a 365 dias	48.614	13.167
Acima 365 dias	27.526	13.727
Subtotal	160.626	100.385
Redução ao Valor Recuperável	(80.957)	(22.929)
Total	79.669	77.456

b. Outros valores - Salvados não disponíveis para venda – Estimados

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Automóvel	47.640	24.875	49.735	11.300
Ramos elementares	2.925	1.364	430	567
Total	50.565	26.239	50.165	11.867

ii. Expectativa de prazo para realização dos ativos de direitos automóvel

O quadro de expectativa de prazo para a realização dos ativos de direitos a salvados de automóvel, demonstra o estudo de realização que utilizou como base o histórico de venda dos salvados no período de 3 anos, e apresenta, em termos de percentuais, para a data do balanço em quanto tempo espera-se receber os itens de salvados de automóvel.

Prazo estimado para realização dos ativos	Salvados Automóvel %
No mês do pagamento	3%
Um mês após o pagamento	36%
Dois meses após o pagamento	24%
Três meses após o pagamento	12%
Quatro meses após o pagamento	8%
Cinco meses após o pagamento	5%
Seis meses após o pagamento	3%
Sete meses após o pagamento	2%
Oito meses após o pagamento	2%
Nove meses após o pagamento	1%
Dez meses após o pagamento	1%
Onze meses após o pagamento	1%
De Doze à Dezesete meses após o pagamento	2%
De Dezoito à Vinte e Três meses após o pagamento	1%
De Vinte e Quatro à Vinte e Nove meses após o pagamento	1%
De Trinta meses à diante após o pagamento	0%

c. Desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de salvados de automóvel

O quadro de desenvolvimento de salvados tem como objetivo demonstrar o comportamento dos salvados de automóveis recebidos no período do balanço, em relação ao mês em que o sinistro correspondente foi liquidado.

Montante realizado dos ativos	Salvados de Automóvel
No mês do pagamento	932
Um mês após o pagamento	34.160
Dois meses após o pagamento	92.467
Três meses após o pagamento	73.014
Quatro meses após o pagamento	50.681
Cinco meses após o pagamento	36.813
Seis meses após o pagamento	21.929
Sete meses após o pagamento	13.418
Oito meses após o pagamento	9.616
Nove meses após o pagamento	5.755
Dez meses após o pagamento	3.666
Onze meses após o pagamento	3.329
De Doze à Dezesete meses após o pagamento	6.773
De Dezoito à Vinte e Três meses após o pagamento	3.145
De Vinte e Quatro à Vinte e Nove meses após o pagamento	2.293
De Trinta meses à Trinta e cinco meses após o pagamento	1.470
De Trinta e seis meses à Quarenta e um meses após o pagamento	1.375
De Quarenta e dois meses à Quarenta e sete meses após o pagamento	931
De Quarenta e oito meses à diante após o pagamento	4.063

9. Ativos e passivos fiscais
a. Créditos tributários e previdenciários líquidos

	2020			2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar	135.189	-	135.189	86.466	-	86.666
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	90.720	90.720	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	-	(78.749)	(78.749)	-	-	-
Outros créditos tributários e previdenciários	-	-	-	8.294	8.294	
Total	135.189	11.971	147.160	86.466	8.294	94.760

b. Tributos diferidos

	2020	2019
	Não circulante	Não circulante
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	(62.177)
Obrigações fiscais diferidas (c-ii)	-	77.201
Total	-	15.024

Sinistros brutos de resseguro

	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Ano de aviso do sinistro	
											2020	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	2.406.654	2.630.295	3.128.018	3.017.311	3.706.304	4.156.707	3.820.838	3.480.574	3.239.686	3.175.390	3.012.402	
Um ano após o aviso	2.385.506	2.607.545	3.028.046	2.846.094	3.454.846	4.023.227	3.640.475	3.496.129	3.234.132	3.237.811	-	
Dois anos após o aviso	2.376.709	2.589.475	3.015.358	2.807.954	3.462.400	3.984.162	3.645.581	3.514.313	3.246.450	-	-	
Três anos após o aviso	2.392.447	2.597.310	3.035.781	2.833.029	3.434.266	4.010.621	3.657.938	3.520.473	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	2.405.432	2.594.355	3.065.939	2.807.413	3.442.410	4.026.477	3.666.239	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	2.415.926	2.612.516	2.882.422	2.815.976	3.453.928	4.035.138	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	2.424.356	2.606.943	2.892.506	2.824.110	3.470.285	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	2.412.898	2.617.477	2.899.890	2.837.782	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	2.419.519	2.617.485	2.909.469	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	2.419.811	2.620.969	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	2.443.615	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	2.443.615	2.620.969	2.909.469	2.837.782	3.470.285	4.035.138	3.666.239	3.520.473	3.246.450	3.237.811	3.012.402	35.000.633
Pagamentos de sinistros efetuados	(2.411.358)	(2.609.747)	(2.891.148)	(2.821.138)	(3.437.484)	(3.987.000)	(3.617.622)	(3.476.672)	(3.188.288)	(3.133.538)	(2.367.742)	(33.941.737)
Provisão de sinistros a liquidar	32.257	11.222	18.321	16.644	32.801	48.138	48.617	43.801	58.162	104.273	644.660	1.058.896

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 14.542, estimativa de salvados e ressarcidos (R\$ 137.689) e IBNER no valor de R\$ 325.609

c. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:				
Provisão para riscos de crédito	36.432	31.928	(6.031)	62.329
Provisão para contingências fiscais	2.271	31	(69)	2.233
Provisão para contingências cíveis	8.473	5.204	(6.987)	6.690
Provisão para contingências trabalhistas	5.821	666	(2.030)	4.457
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	294	-	-	294
Outros	8.886	9.712	(3.881)	14.717
Total dos créditos tributários	62.177	47.541	(18.998)	90.720

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:				
Provisão para riscos de crédito	34.811	3.249	(1.628)	36.432
Provisão para contingências fiscais	2.806	457	(992)	2.271
Provisão para contingências cíveis	8.200	273	-	8.473
Provisão para contingências trabalhistas	2.927	2.894	-	5.821
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	290	4	-	294
Outros	6.838	2.245	(197)	8.886
Total dos créditos tributários	55.872	9.122	(2.817)	62.177

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Ajuste a valor de mercado - títulos disponível para venda	68.500	71.511	(68.502)	71.509
Atualização de depósito judicial	8.701	24	(1.485)	7.240
Total de obrigações fiscais diferidas	77.201	71.535	(69.987)	78.749

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste a valor de mercado - títulos disponível para venda	37.243	68.501	(37.244)	68.500
Atualização de depósito judicial	9.036	151	(486)	8.701
Total de obrigações fiscais diferidas	46.279	68.652	(37.730)	77.201

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Imposto de renda	Diferenças temporárias Contribuição social	Total
2021	22.240	13.344	35.584
2022	9.504	5.702	15.206

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	3.801.086	3.660.594	3.442.853	3.212.196	3.156.915	2.276.064	
Um ano após o aviso.....	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	3.304.870	3.689.978	3.541.572	3.458.405	3.207.766	2.727.957	-	
Dois anos após o aviso	2.222.960	2.398.452	2.690.122	2.620.053	3.315.805	3.665.485	3.544.905	3.476.225	3.216.916	-	-	
Três anos após o aviso	2.240.824	2.411.974	2.699.782	2.653.066	3.321.412	3.684.459	3.557.243	3.481.977	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	2.255.457	2.420.706	2.723.605	2.653.597	3.329.466	3.696.541	3.565.619	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso.....	2.269.167	2.440.631	2.741.328	2.662.709	3.341.076	3.696.424	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso.....	2.285.234	2.445.479	2.751.149	2.670.817	3.348.669	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso.....	2.286.481	2.456.020	2.758.497	2.679.868	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso.....	2.292.364	2.456.053	2.762.297	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso.....	2.292.424	2.459.129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso.....	2.315.799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	2.315.799	2.459.129	2.762.297	2.679.868	3.348.669	3.696.424	3.565.619	3.481.977	3.216.916	2.727.957	2.276.064	32.530.719
Pagamentos de sinistros efetuados.....	(2.287.024)	(2.447.912)	(2.744.326)	(2.663.328)	(3.315.895)	(3.648.716)	(3.517.154)	(3.438.514)	(3.159.368)	(2.624.042)	(1.634.832)	(31.481.111)
Provisão de sinistros a liquidar	28.775	11.217	17.971	16.540	32.774	47.708	48.465	43.463	57.548	103.915	641.232	1.049.608

e. Aging de sinistros judiciais

	2020			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro.....	62.662	112.432	243.601	418.695
Sinistro Líquido de Resseguro	61.654	111.725	238.726	412.105

	2019			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro.....	96.918	114.430	269.399	480.747
Sinistro Líquido de Resseguro	96.663	113.204	264.606	474.473

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros

	PSL judicial
Montante das ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas.....	221.811
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	132.137
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais haviam provisões constituídas.....	30.636
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas.....	50.403

18. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial o descrito abaixo, o qual encontra-se provisionado.

A principal discussão é:
INSS – Previdência Complementar valor provisionado R\$2.763 (R\$2.729, em 31 de dezembro 2019). Execução Fiscal de INSS, com depósito judicial no valor de R\$4.583 - relativa a Contribuição Previdenciária, decorrente do enquadramento de contribuintes individuais em segurados empregados. A sentença proferida, de parcial procedência, foi confirmada em decisão de segunda instância, transitada em julgado. Atualmente, o processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença.

(ii) Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". As horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

(iii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$43.899 (R\$55.596 em 31 de dezembro de 2019), para os processos cíveis e R\$69.696 (R\$139.101 em 31 de dezembro de 2019), para os processos fiscais. O principal processo com essa classificação é o seguinte:

a) Auto de Infração no valor atual de R\$38.218 (R\$37.642 em 31 de dezembro de 2019), decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% a.m.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	5.505	14.559	21.184	1.126	42.374
Constituição/atualização monetária líquida.....	79	212	12.610	(350)	12.551
de reversões.....	-	(3.222)	(17.069)	-	(20.691)
Pagamentos.....	5.584	11.149	16.725	776	34.234
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.662	14.559	20.501	1.086	36.573

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2019	7.662	7.324	20.501	1.086	36.573
Constituição/atualização monetária líquida.....	186	9.475	12.565	40	22.266
de reversões.....	(2.343)	(2.240)	(11.882)	-	(16.465)
Pagamentos.....	5.505	14.559	21.184	1.126	42.374

(*) Refere-se substancialmente a realização do processo judicial de INSS referente a LC nº 84 de 1996 e artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212 de 1991 onde discutia-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 221.002 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	283.477	372.119
Constituição da reserva legal.....	(14.174)	(18.606)
Base de cálculo dos dividendos	269.303	353.513
Dividendos propostos e pagos no exercício.....	45.000	88.378
Juros capital próprio líquido dos impostos retidos.....	46.750	-
Total dos dividendos	91.750	88.378
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	34,07%	25,00%

b. Atos societários

Em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, o pagamento de dividendos, no montante de R\$100.000, com a utilização de saldos à conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

Em 28 de dezembro de 2020, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, o pagamento de dividendos, no montante de R\$45.000, por conta do resultado 2020 e também a destinação aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$55.000.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

20. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), em relação ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2020
Patrimônio líquido contábil	1.689.891
Ajustes Contábeis	(159.828)
(-) Ativos intangíveis.....	(134.729)
(-) Despesas antecipadas.....	(25.099)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	168.581
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP.....	99.464
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas.....	69.117
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.698.644
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	1.036.855
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	1.036.855
Capital adicional de risco de subscrição.....	798.181
Capital adicional de risco de crédito.....	64.523
Capital adicional de risco de mercado.....	380.614
Capital adicional de risco operacional.....	35.954
Efeito da correlação (benefício - CMR).....	(242.417)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	661.789
Ativos líquidos	3.694.583
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)	623.123
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	937.391
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	66%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

21. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar – Contribuição definida

A contribuição para os planos durante o exercício de 2020 totalizou R\$10.263 (R\$9.665 em 31 de dezembro de 2019), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$171.861 (R\$149.441 em 2019), sendo: benefícios concedidos R\$107.012 (R\$89.023 em 2019), benefícios a conceder R\$64.849 (R\$60.418 em 2019). Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

22. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i).....	27.630	26.673	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii) e (vii).....	6.197	-	23.719	115.204
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v).....	194	121	212	360
CEABS Serviços S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	5.067	-
IRB Brasil Resseguros S.A. (*).....	-	10.706	-	9.389
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii).....	-	-	120	120
Navamed Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	-	5
Bradesco Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	50	45
Total	33.921	37.500	29.168	125.123

	Receitas		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (iv) e (vi).....	80	1.427	(833)	(1.820)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v).....	1.075	914	(362.673)	(355.749)
IRB Brasil Resseguros S.A. (*).....	1.892	14.264	(811)	(35.667)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (vi).....	-	-	(10.180)	(8.260)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	(506)	(271)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii).....	-	-	(284.923)	(267.797)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii).....	-	-	(1.440)	(1.440)
Bradesco Administradora de consórcios Ltda. (v).....	-	-	(14)	-
CEABS Serviços S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(52.697)	(53.416)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada) (v).....	-	-	(5.366)	(6.268)
Chain Serviços e Contact Center S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	-	(13.681)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(11.396)	(10.613)
Livelo S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(56)	(745)
Navamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	(552)	(271)
Kirton Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(366)	(586)
Inlab – Investigação laboratorial LTDA. (empresa ligada) (ix).....	5	-	-	-
Diadmax Diagnósticos por imagem LTDA. (empresa ligada) (ix).....	14	-	-	-
Total	3.066	16.605	(731.813)	(756.584)

(*) O IRB deixou de ser considerado uma parte relacionada a partir de maio de 2020, em decorrência da perda da influência significativa.

- (i) Refere-se saldo em conta corrente e operações compromissadas.
- (ii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- (iii) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
- (iv) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
- (v) Refere-se a sinistros, assistência 24 horas, tecnologia em rastreadores e localizadores, call center, alimentação, comissão, assistência médica, TI e prestação de serviços.
- (vi) Despesas com aluguel.
- (vii) Dividendos a pagar.
- (viii) Refere-se a operações de resseguros.
- (ix) Refere-se a prêmio.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Grupo Bradesco Seguros.

d. Custos de aquisição		
	2020	2019
Comissões sobre prêmios emitidos.....	(956.161)	(943.709)
Comissões sobre prêmios cancelados.....	26.129	55.355
Comissões sobre prêmios restituídos	9.858	10.195
Comissões sobre prêmios de cosseguros cedidos	15	191
Despesas com inspeção de riscos	(19.253)	(26.087)
Outras despesas de comercialização.....	(91.551)	(105.939)
Varição das despesas de comercialização diferidas	39.519	30.253
Total	(991.444)	(979.741)
e. Outras receitas e (despesas) operacionais		
	2020	2019
Despesas de seguros.....	(509.897)	(465.615)
Despesas com administração de apólice.....	(28)	(962)
Contribuições sobre comissões.....	(4.801)	(5.143)
Provisão para riscos de crédito	(60.409)	(3.803)
Reversão de provisão de processos judiciais cíveis	4.059	1.394
Despesa com DPVAT	-	(7.948)
Outras despesas operacionais	(4.459)	(591)
Total	(575.535)	(482.668)
f. Resultado com resseguro		
	2020	2019
Recuperação de indenização de resseguro (nota 7c).....	31.472	22.784
Prêmios resseguros cedidos (nota 7c).....	(50.800)	(39.261)
Varição da provisão IBNR - resseguro	(1.266)	1.961
Varição das provisões técnicas - resseguro cedido	5.541	(8.847)
Participação nos lucros	6.214	-
Provisão despesas relacionadas resseguro - IBNR.....	(1.071)	1.765
Outros resultados com operações de resseguro.....	6.365	(1.143)
Total	(3.545)	(22.741)
g. Despesas administrativas		
	2020	2019
Despesas com serviços de terceiros.....	(467.420)	(508.732)
Despesas com localização e funcionamento	(135.534)	(134.169)
Despesas com pessoal próprio	(223.480)	(234.984)
Ordenados.....	(122.585)	(131.075)
INSS/FGTS.....	(41.893)	(40.140)
Honorários da administração.....	(5.777)	(8.822)
Planos de previdência privada (nota 21).....	(10.263)	(9.665)
Assistência Médica.....	(28.951)	(10.735)
Outras.....	(14.011)	(34.547)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(13.697)	(30.456)
Despesas administrativas do convênio DPVAT.....	-	(10.531)
Despesas com doativos e contribuições.....	(3.362)	(4.437)
Despesas com publicações.....	(2.507)	(7.952)
Despesas administrativas diversas	(2.544)	(2.282)
Total	(846.224)	(931.489)
h. Despesas com tributos		
	2020	2019
Despesas com COFINS	(113.784)	(117.034)
Despesas com PIS.....	(18.490)	(19.018)
Despesas com taxa de fiscalização	(4.335)	(4.341)
Impostos/federais/estaduais/municipais.....	(4.127)	(2.379)
Total	(140.736)	(142.772)
i. Resultado financeiro		
	2020	2019
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	333.694	436.353
Receitas com operações de seguros e resseguros	24.876	57.898
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais	60	378
Receitas com títulos de renda variável.....	70	1.162
Outras receitas financeiras.....	11.491	17.931
Subtotal	370.191	513.722

Despesas financeiras		
	2020	2019
Despesas com título de renda fixa	(36.195)	(27.424)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros.....	(12.022)	14.446
Tributação sobre operações financeiras	(14.172)	(19.912)
Atualização monetária de contingências passivas	(1.344)	(3.188)
Outras despesas financeiras.....	(2.617)	(3.781)
Subtotal	(66.350)	(39.859)
Total	303.841	473.863

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social		
	2020	2019
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no período sobre adições temporárias	30.005	6.640
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(181.145)	(253.728)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(151.140)	(247.088)

25. Reconciliação da alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social		
	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	442.069	628.583
(-) JCP	(55.000)	-
Resultado ajustado	387.069	628.583
Adições.....	108.296	37.145
Exclusões.....	(26.136)	(16.935)
Lucro tributável	469.229	648.793
Tributos correntes.....	(184.711)	(259.518)
Tributos diferidos.....	30.005	6.640
PAT	1.673	1.658
Incentivos fiscais	1.933	3.093
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos	(40)	1.039
Total tributos	(151.140)	(247.088)
Alíquota efetiva.....	39.05%	39.31%

26. Outras Informações		
a. Relatório do Comitê de Auditoria		
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 05 de fevereiro de 2021 no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo.		
b. Outras informações		
A Covid-19 tem gerado grandes desafios e incertezas no mundo. Desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. Acionamos o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) priorizando os processos críticos, e desde a segunda quinzena de março de 2020, intensificamos as ações, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos, onde 100% dos colaboradores foram colocados em home office. Em Auto, diminuição da circulação urbana apontou para uma queda momentânea da frequência de avisos e impactos sobre a venda de veículos novos.		
Face ao cenário de pandemia, tomamos medidas para facilitar a comercialização dos produtos da Bradesco Auto/RE evitando a necessidade de contato físico nos processos de contratação. Desta forma, facilitamos os processos de renovação das apólices de auto e flexibilizamos os processos de vistoria e inspeção de riscos, adotando vistorias remotas via aplicativo. Nos casos de sinistros, fomentamos a regulação por imagem com envio de documentos digitalizados.		
c. Consórcio DPVAT		
Em 24 de novembro de 2020, através de Assembleia Geral conforme previsto no Instrumento do Consórcio, motivado pelo anúncio da saída de 36 seguradoras, dentre elas, a Bradesco Auto RE Companhia de Seguros, foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução do Consórcio significa que estarão vedadas quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o <i>run-off</i> dos ativos, passivos e negócios do Consórcio e Seguro DPVAT, realizados até 31 de dezembro de 2020.		
A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o Seguro DPVAT em <i>run-off</i> até a extinção de todas as obrigações relacionadas a este seguro. Além disso, as consorciadas permanecerão com seus direitos e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.		

DIRETORIA

Ney Ferraz Dias
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Américo Pinto Gomes
Saint'Clair Pereira Lima
Pedro Bosquero Junior
Gedson Oliveira Santos
Vinicius Marinho da Cruz
Valdirene Soares Secato

Diretor-Geral
Diretor-Gerente
Diretor-Gerente
Diretor
Diretor
Diretor
Diretor
Diretora

Saint'Clair Pereira Lima
Atuário MIBA nº 943

Alberto Barcellos Miranda
Contador - CRC - RJ - 094195/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos Administradores e ao Conselho de Administração da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 25 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES
Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 92.682.038/0001-00

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e, também, com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos

itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e Formulários de Informações Periódicos (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo